

*O galego e o português  
são a mesma língua?*

*Perguntas portuguesas sobre o galego*

MARCO NEVES

ATRÁS  
editora

## ÍNDICE

Prólogo de João Veloso.....	11
Uma pergunta surpreendente.....	21
Entre línguas e dialectos.....	29
Para quê falar galego?.....	33
Pequeníssima História das Línguas Ibéricas.....	41
Ortografias.....	79
Ah, a política!.....	85
O galego em dois sabores.....	95
Proximidades e afastamentos.....	101
Mas, afinal, qual é a resposta?.....	121

## PRÓLOGO

### *A CULPA MINHA NUM É...*

Da primeira vez que fui apanhar sol a São Genjo, habituei-me a ir a uma mercearia de aldeia, no meio de uns canaviais. Era uma loja à antiga, onde se vendia de tudo um pouco, de frutas e verduras a manteiga e carnes diversas, do jornal do dia (era lá que eu ia comprar o castelhaníssimo *El País* todas as manhãs) às revistas cor-de-rosa, ao material escolar e aos brinquedos de praia. Qualquer loja do Norte do Portugal poderia ser igual àquela mercearia-papelaria-minimercado-retrosaria. Eu gostava de lá ir e ouvir as pessoas que falavam um galego diferente do da TV Galiza e diferente do galego dos intelectuais e académicos galegos que eu então ainda conhecia muito mal. Como me acontece sempre que me encanto pela música de uma língua, ficava com frequência à escuta de conversas alheias só para me deixar embalar pela sonoridade das palavras e pela coscuvilhice dos assuntos pequenos. Numa dessas manhãs, umas senhoras idosas falavam exaltadamente sobre qualquer assunto que já não recordo, até que a conversa terminou com uma delas, muito assertiva, defendendo-se: “A culpa minha num é!”. Aquele possessivo fora de lugar, aquele “num” igualzinho ao do Porto, a entoação categórica da senhora de lenço na cabeça, a forma verbal ditongada em fim de frase... – todos os atores e todo o cenário daqueles

minutos se poderiam passar em qualquer aldeola do Norte de Portugal, com a mesma cantilena e o mesmo palavreado. Aliás, lembro-me de, por momentos, ter pensado isso mesmo: qualquer velhota da Maia, nos arredores do Porto (onde eu vivia e continuo a viver), em qualquer mercearia antiquada poderia atalhar uma discussão amigável com um “A culpa minha num é!” perentório e definitivo, nasalado e ditongado, como o daquela avó zangada com as comadres.

A pergunta de Marco Neves – serão o galego e o português a mesma língua? – tem uma resposta tão difícil e longínqua como a clássica pergunta “O que é uma língua?” (e parte da dificuldade em responder à primeira é filha da impossibilidade de se saber o que dizer à segunda). Não vale a pena recordar aqui os inúmeros fatores – uns, linguísticos; outros, sociopolíticos e históricos – que levam um código verbal a ser catalogado por uns como “língua”, por outros como “dialeto” (assim como não vale a pena discorrer muito sobre os inúmeros mal-entendidos que circulam em torno do termo “dialeto”).

O certo é que, quando vamos à Galiza, a língua escrita nas paredes e a língua falada nas aldeias mais escondidas “soa a” português, parece português. Costumo mostrar aos meus alunos fotografias de um letreiro de uma loja em Ginzo de Límia: “Temos balas para matar porcos.”. Ou de placas de Vigo: “Centro de Saúde”, “Restaurante A Fonte”. Isto em que língua está escrito? A resposta, unânime e categórica, é: “em português!”. A culpa da resposta pronta minha não é. Ouvido, o galego pode diferir mais ou menos do português, mais ou menos do castelhano, mas aí cabe perguntar: de que português, de que galego, de que castelhano estamos a falar? Um português de Viana do Castelo convencido de que fala português e um português de Rabo de Peixe convencido

de que fala português entendem-se melhor ou pior entre si do que o mesmo português de Viana “falando português” e um viguês a “falar galego”? E o português de Portugal e o do Brasil? Não há quem delirantemente milite pela causa de que são línguas diferentes?

Mesmo para um linguista (ou sobretudo para um linguista), é por vezes difícil responder categoricamente *sim* ou *não* a este tipo de questões. O português usado pela alta burguesia de Lisboa é exatamente igual ao dos pescadores de Peniche? O dos magistrados no uso profissional da palavra é o mesmo que os mesmos magistrados utilizam em contexto familiar, em casa ou com amigos? O da gente ilustrada do Rio de Janeiro é igual ou diferente do dos favelados cariocas? O português falado em São Paulo é igual ao que se ouve em Porto Alegre? O de um falante unilingue do Porto difere ou não do de um angolano ou moçambicano que, além do português, fala e usa em diferentes contextos uma ou mais línguas africanas?

Mais do que entidades perfeitamente distintas e facilmente distinguíveis entre si, mais do que realidades discretas com barreiras e limites claramente desenhados – as fronteiras linguísticas são de longe muito mais difusas do que as político-administrativas, artificialmente impostas pelas guerras e pela História –, as línguas que partilham espaços e tempos comuns ou contíguos, *nas suas diversas variedades* (e não há língua que não conheça o fenómeno da variação linguística!), são mais vantajosamente entendidas se as compreendermos como realidades *contínuas*, como manchas com áreas sobreponíveis, como nuvens de dispersão. É claro que um linguista tende a olhar com mais insistência para aspetos estruturais e “estruturantes” de um código verbal, ou de dois códigos verbais, para os considerar duas línguas